

Documento orientador do

DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO ESCOLAR



JOGAR PELO FUTURO

MEDIDAS E METAS
PARA A DÉCADA

Abril de 2003

**Documento orientador do
DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO ESCOLAR**

JOGAR PELO FUTURO

MEDIDAS E METAS PARA A DÉCADA

1. Introdução

O **Desporto** constitui um dos fenómenos sociais com maior impacto no nosso tempo e a sua prática, correctamente desenvolvida, representa **uma importante fonte de valorização das pessoas e da sua qualidade de vida**. Por isso se consagrou internacionalmente a prática da educação física e do desporto como um direito fundamental, mas também como elementos essenciais da educação e da cultura no desenvolvimento das aptidões, da vontade e do auto controlo das pessoas humanas, visando a sua inserção social e o pleno desenvolvimento das suas capacidades¹.

Sendo a educação para os valores uma matéria central e transversal do nosso sistema educativo, encontra na prática desportiva uma das bases fundamentais para a afirmação dos valores éticos identificados com o “espírito desportivo”.

O **Desporto Escolar** é a **actividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de actividades desportivas**, em ambiente educativo, sob a orientação de professores, podendo-se configurar como a principal possibilidade para a maioria dos nossos jovens poderem participar em quadros competitivos, de forma regular.

Pelo que o **Desporto Escolar** constitui, também, **uma enorme oportunidade para que os nossos jovens possam aceder aos valores educativos do Desporto**².

Estamos conscientes de que partimos de uma situação em que se verifica um fraco posicionamento cultural do Desporto na sociedade portuguesa, um Desporto mais “olhado” do que praticado³, um Desporto que, em alguns âmbitos, mais mediáticos, perpassa por uma crise de valores éticos e de comportamentos morais, num jogo nada consentâneo com as funções que deve promover.

Queremos dar uma resposta determinada a esta situação, a qual terá de assentar na manutenção da importância pedagógica do Desporto, no fortalecimento da

¹ Facto que é amplamente reconhecido e desenvolvido na **Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da Unesco**, de 21 de Novembro de 1978.

² Os valores educativos do Desporto foram reafirmados pelo **Conselho Europeu de Nice**, de 7 a 9 de Dezembro de 2000.

³ O **índice de participação desportiva em Portugal** é de apenas 23% (por comparação, por exemplo, com os 64% da República da Irlanda e os 63 % da Holanda).

sua função social, o que implica a valorização do papel a desempenhar pelo Desporto Escolar⁴.

A opção do Ministério da Educação será clara: assumir a Educação Física e o Desporto Escolar como meio educativo privilegiado para desenvolver pessoal e socialmente as crianças e os jovens portugueses. Isto significa considerar prioritária a **aprendizagem do desporto**, não só como o desenvolvimento de capacidades de interacção positiva com o meio, mas **orientada por valores**.

Valores trabalhados em torno da dinâmica de grupo, intrínseca às actividades desportivas, como sejam, entre outros: **o humanismo** (a pessoa primeiro que o adversário...), **a verdade e a honestidade** (dizer e assumir a nossa verdade, tolerar a verdade dos outros e aceitar a verdade do jogo...), **a solidariedade** (a entreaduda aos colegas, a coesão no trabalho em grupo, o auxílio a um adversário lesionado...), **o respeito e a lealdade** (em relação a si mesmo, aos colegas, ao adversário, ao árbitro, e às regras, na vitória e na derrota...), **a disciplina** (como meio de potenciar a participação num grupo) e **a coragem** (de reconhecer os próprios erros, de assumir riscos controlados, de não pôr em risco os adversários, para ganhar...).

Trata-se, assim, de jogar **um jogo completamente diferente** do atrás referido, que permita aos jovens com sólidas competências de base hoje adquiridas, jogar adequadamente o jogo do amanhã em permanente mudança: **o jogo do futuro**.

***JOGAR PELO FUTURO** é o lema central do Desporto Escolar.*

Concebe-se, assim, uma orientação superior para a definição das **três grandes finalidades a atingir pelo Desporto Escolar**, a saber:

1.1. **A Promoção da Saúde**, pelo contributo que pode representar para o bem mais importante da vida das pessoas. Considera-se que a prática de actividades desportivas escolares podem constituir-se como um factor determinante de influência na melhoria da saúde das crianças e jovens alunos⁵, contribuindo decisivamente para a aquisição de hábitos de vida activa e estilos de vida saudável, ao longo da vida.

⁴ Como refere a Comissão das Comunidades Europeias no “**Relatório de Helsínquia sobre o Desporto**” (1999).

⁵ **Diversos estudos, de âmbito internacional demonstram a influência benéfica do Desporto nas despesas de Saúde**: um, refere poupanças de US\$ 3.20 por cada US\$ 1 investido em actividades físicas; nos Estados Unidos foi estimado que, em 1998, a prática de exercício físico resultou em US\$ 50.000.000.000 (50 biliões) de poupanças em despesas médicas; no Canadá essas poupanças foram

JOGAR PELA SAÚDE é outro lema do Desporto Escolar.

- 1.2. **O Desenvolvimento da Cidadania**, visando promover a integração dos alunos na sociedade, no respeito pelos seus princípios, leis e valores, em autonomia, ou seja, de forma conjugada com os princípios, regras e valores de cada um. É indiscutível o elevadíssimo potencial de socialização que a prática dos jogos desportivos encerra, pela possibilidade de expressão de sentimentos de emoção, prazer e risco controlado; de adopção de comportamentos autonomia, responsabilidade e sentido crítico; de criação de ambientes de comunicação e de cooperação, no sentido do desenvolvimento da auto-estima e do sentimento de pertença a um grupo.

JOGAR PELA CIDADANIA é, assim, outro dos lemas do Desporto Escolar.

- 1.3. **A Formação de candidatos a Bons Praticantes de Desporto é outra das finalidades**. Quer isto dizer, possibilitar boas práticas desportivas a todos os alunos que, pelas mais diversas razões, queiram começar a praticar Desporto Escolar e, mais ainda, criando condições para que todos aqueles que pretendam aperfeiçoar as suas competências desportivas e, posteriormente, desejem especializar-se, tenham mais possibilidades de o conseguir.

JOGAR PELO DESPORTO é, também, um lema do Desporto Escolar.

Na sequência desta clarificação das finalidades do Desporto Escolar, é apresentado o diagnóstico da situação encontrada, o posicionamento estratégico a adoptar, as correspondentes medidas de desenvolvimento e as metas a atingir até ao final da década.

Procura-se, assim, ao contrário do que aconteceu anteriormente, consubstanciar uma visão de longo prazo, estratégica, como contribuição indispensável para um efectivo desenvolvimento do Desporto Escolar e, por consequência, para o desenvolvimento do Desporto em Portugal.

estimadas em US\$ 364 por ano, por praticante de actividade física (in Final Report – Third Conference of Ministers and Senior Officials Responsible for Physical Education and Sport, Punta del Este – Uruguai, 1999).

2. A Situação Actual do Desporto Escolar

A situação encontrada no Desporto Escolar está, por diversas causas, longe de satisfazer os seus diversos agentes. Tentaremos fazer o diagnóstico da situação actual do Desporto Escolar, em função aos seus principais factores de desenvolvimento, nomeadamente: as actividades, a promoção, a orgânica, os recursos humanos, a informação, a gestão, as instalações, o apetrechamento, a formação, a documentação e o financiamento.

2.1. As actividades desportivas

As actividades desportivas constituem o cerne do desenvolvimento do Desporto Escolar, constituindo o seu público-alvo as Escolas do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário (ensino regular) e os seus respectivos alunos (868.422 alunos em 2001/02).

Da análise da evolução da participação no Desporto Escolar desde 1996/97 até 2001/02, verifica-se um crescimento pouco significativo (vd. QUADRO 1), ao longo desses seis anos.

QUADRO 1: Evolução da participação no Desporto Escolar

Anos lectivos	Alunos	Escolas	Projectos*
1996-1997	94.260	1.105	4.713
1997-1998	96.200	1.142	4.810
1998-1999	100.720	1.214	5.036
1999-2000	95.560	1.220	4.778
2000-2001	91.160	1.216	4.558
2001-2002	119.760	1.169	4.827

* Grupos/ Equipas, Projectos Especiais, Centros de Formação Desportiva, Campos de Férias.

Uma das causas principais desta situação desportiva deveu-se a uma visão conceptual desajustada que considerava como Desporto Escolar, unicamente as competições inter-escolas (quadros competitivos formais de nível local, regional e nacional), correspondentes a um âmbito externo de participação. Assim, não foram tomadas medidas eficazes para que o outro âmbito fosse devidamente considerado, a **actividade competitiva interna** (campeonatos e torneios intra e

inter-turmas, dias ou semanas de modalidades, actividades desportivas para alunos com necessidades especiais, etc.).

Tal perspectiva, essencialmente valorizadora da representação escolar externa (de carácter selectivo), implicou uma desatenção evidente em relação ao que deve ser a base do desenvolvimento do Desporto Escolar, precisamente, essas actividades internas, de natureza mais abrangente e formativa, que deverão constituir a oportunidade adequada para todos os alunos que pretendam praticar desporto possam, efectivamente, fazê-lo.

O resultado desta política traduziu-se num índice de participação no Desporto Escolar muito reduzido, confinado a 13,8 % em 2001/02 (v. QUADRO 2).

QUADRO 2: Índice de participação no Desporto Escolar – 2001/02

N.º de alunos em actividade	Total da população-alvo	Índice de Participação*
119.760	868.422	13.8 %

* $\frac{\text{Total de alunos em actividade}}{\text{Total da população-alvo}} \times 100$

Esta situação, para ser alterada, implicará a tomada de medidas que consagrem a intervenção clara nas duas vertentes de actividades do Desporto Escolar, em ordem a permitir a expressão de diferentes níveis de participação, por parte dos alunos.

No que diz respeito à quantidade de modalidades desportivas oferecidas, visando uma prática desportiva escolar personalizada, pressupõe um quadro vasto de oferta de actividades desportivas, como o que tem sido oferecido (vd. QUADRO 3).

QUADRO 3: MODALIDADES DO DESPORTO ESCOLAR – 2002/03

Com Quadro Competitivo Nacional (Campeonatos Nacionais , Regionais e Locais)	Andebol
	Atletismo
	Badminton
	Basquetebol
	Desportos Gímnicos
	Futsal
	Orientação
	Ténis de Mesa
	Voleibol
	Sem Quadro Competitivo Nacional (Campeonatos Locais)
Boccia	
BTT	
Canoagem	
Corfebol	
Danças	
Escalada	
Esgrima	
Goalbal	
Golfe	
Jogos Tradicionais e populares	
Judo	
Luta	
Multiactividades de Ar Livre	
Natação	
Perícia e Corrida de Patins	
Prancha a Vela	
Remo	
Rugby	
Ténis	
Tiro com Arco	
Vela	
Xadrez	
Outras*	

* Ciclismo, Equitação, Karting, etc.

A esta diversidade corresponde a organização anual de mais de 1.000 eventos competitivos anuais, de nível local, regional e nacional, para além da participação e organização de eventos internacionais. No entanto, o problema que se verifica é que não existiu uma correspondência adequada entre esta variedade de oferta e a continuidade da mesma. Quer isto dizer, **num grande número de Escolas, verificou-se que alunos que começaram a praticar uma modalidade, num ano, não tiveram possibilidades de a continuar a praticar, em anos seguintes.** Por

razões que se prendem, quer com a inexistência de Projectos de Desporto Escolar, com carácter plurianual, por parte da maioria das Escolas, quer pela falta de orientações atempadas, por parte da estrutura central do Desporto Escolar, propiciadoras de uma participação melhor planeada e estruturada.

Estes factos traduziram-se, por sua vez, numa reduzida continuidade intra e inter-anual das respectivas competições, em muitas das modalidades.

Quanto a aspectos de natureza qualitativa, relativos ao nível desportivo dos alunos, à saída do sistema educativo, é uma evidência, que os resultados não satisfazem, em termos gerais. É de assinalar, porém, que à natural preocupação de tantos por este facto, corresponda uma grande falta de estudos realizados em meio escolar. Deste modo, ao invés de uma fundamentação aprofundada sobre as causas do fraco desempenho, desde há muito que está estabelecida uma justificação comum, relativa à falta de condições do “sistema”...

Mesmo assim, é possível constatar que, em termos específicos, **nalgumas modalidades surgem referências de excelência**, que importa perceber porque acontecem.

Em relação ao passado, nomes/glórias do Desporto Português como **Fernando Mamede, Rosa Mota, Paulo Guerra** ou **Sérgio Conceição**, constituem exemplos de personalidades do mundo desportivo que começaram a sua carreira no Desporto Escolar.

Tomando **alguns exemplos mais recentes**, que dizer de **Rodrigo Dionísio**, um juvenil que conquistou a melhor marca do ano de 2002, no salto em comprimento, ou de **Marisa Anselmo**, recordista nacional do salto em altura, em iniciados, juvenis e juniores, ambos do Núcleo de Desporto Escolar da Escola Salesiana de Manique? Ou de **João Gomes**, que se iniciou e aperfeiçoou nos Núcleos de Desporto Escolar da Escola Básica 23 de Alfovelos e da Escola Secundária da Brandoa, em Esgrima (florete), medalhado individualmente várias vezes em Campeonatos Europeus e Mundiais (medalha de prata em 2002) e classificado em 12.º lugar nos Jogos Olímpicos de Sydney? Ou de **Carla Lopes**, atleta de alta competição no Golfe, que começou e desenvolveu a sua prática na Escola Básica 23 de Quarteira? Ou, ainda, de **André Lopes**, nascido para o Voleibol na Escola Secundária de Seia, fazendo parte dos 18 elementos da Selecção Nacional para a Liga Mundial-2002? Ou de **João José**, da Selecção Nacional de Voleibol, o melhor “blocador” na Liga Mundial de 2002, que por

várias vezes já referiu que nunca seria o que é se, na sua Escola, não tivesse tido a oportunidade de praticar esta modalidade no Desporto Escolar?

De uma análise sumária desses casos, concluímos que a qualidade dos resultados obtidos provêm de três factores básicos: existência de instalações escolares, ou na proximidade das Escolas, com condições adequadas; valorização do Desporto Escolar por parte da Comunidade Escolar e da Comunidade Educativa próxima, traduzida num apoio efectivo; empenhamento, competência técnica e liderança por parte dos professores-treinadores desses alunos.

Assim, não se nos afigura como demasiado simplista estabelecer as seguintes conclusões: nas condições referidas **é possível obter melhores resultados**; essas condições parecem passíveis de serem mais generalizadas; essas condições estão bastante relacionadas com factores de motivação pessoal e social em relação ao fenómeno desportivo.

Afigura-se necessária – sem pôr de lado razões efectivas relacionadas com o dito “sistema” – a tomada de medidas efectivas para que a utilização das condições existentes seja maximizada. O que passará, inevitavelmente, pelo envolvimento mobilizador de todos os co-responsáveis pelas Comunidades Educativas na assumpção das decisões de mudança e na estruturação de uma estratégia de desenvolvimento para o Desporto Escolar.

2.2. A promoção do Desporto Escolar

O factor “promoção”, assenta em diversos mecanismos como sejam: a comunicação, as relações públicas, a imagem, o mecenato/patrocínios e, também, as acções que permitam satisfazer as necessidades, expectativas e preferências dos alunos.

Ora, é evidente terem existido défices no desenvolvimento de alguns destes mecanismos, entre os quais a comunicação é o mais notório, na transmissão e recepção de mensagens com diversos agentes do sistema desportivo, que urgem ser trocadas com eficiência.

A imagem do Desporto Escolar, como suporte indispensável de divulgação da essência do que é produzido, é outro dos aspectos que não foi aprofundado, para patamares mais elevados, na complementaridade de uma comunicação que se pretende eficaz.

Importará, também, ultrapassar algum conservadorismo conceptual verificado, que não considerou devidamente a utilização positiva dos conceitos de marketing, no sentido da satisfação dos utentes principais desse sistema: os alunos (**marketing tradicional**). Para já não se falar das barreiras existentes, em relação ao aperfeiçoamento do contacto dos responsáveis pela prestação dos serviços a esses utentes (**marketing interactivo**: no Desporto Escolar, cerca de 5.000 professores, de mais de 1200 Escolas, interagem anualmente, com mais de 100.000 alunos). Ou das condicionantes referentes à relação entre a qualificação do pessoal e ao reforço da sua motivação para a prestação dos serviços (**marketing interno**).

Torna-se, assim, indispensável não descurar esta área funcional, adoptando medidas pertinentes, tendo em conta as dificuldades da situação desportiva actual do Desporto Escolar (ainda um reduzido índice de participação), a extensão do público visado (cerca de 900.000 alunos), o deficiente posicionamento cultural do Desporto em geral (junto de muitas das famílias desses alunos) e a elevadíssima importância das finalidades que se visam atingir.

2.3. A orgânica

A falta de estabilidade legislativa configurou-se como um dos principais obstáculos à estruturação orgânica do Desporto Escolar e, por consequência, ao seu próprio desenvolvimento.

Entre 1974 e 1986 essa orgânica registou sete mudanças de tutela entre o sistema educativo e o sistema desportivo. A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, colocou definitivamente o Desporto Escolar no âmbito do Sistema Educativo, o que foi confirmado pela Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, Lei de Bases do Sistema Desportivo.

No entanto, a legislação posterior àquele período não revelou menor instabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao organismo central de coordenação do Desporto Escolar. Assim, entre 1986 e 1996, este serviço foi atribuído a cinco organismos diferentes.

Em 1996 foi criado o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Contudo, à sua maior perenidade haverá que associar as fragilidades decorrentes de uma deficiente estruturação da sua orgânica (um único elemento no seu quadro de

peçoal dirigente), originadora de dificuldades de eficiência e eficácia no seu desempenho executivo global, no geral, e, em particular, causadora de défices na indispensável articulação com os organismos centrais coordenadores do seu público-alvo: os alunos dos ensinos básico e secundário.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, este problema acaba por ser resolvido, sendo extinto o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e criada a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, para onde transitam e são reformuladas as respectivas competências daquele Gabinete (entre outras: planear, apoiar, orientar e avaliar os diversos programas, projectos e actividades do Desporto Escolar), com a vantagem deste novo organismo integrar, entre outras, competências relativas aos anteriores Departamento de Educação Básica e Departamento do Ensino Secundário.

Por força do disposto no Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro, as estruturas regionais do Desporto Escolar estão constituídas nas Direcções Regionais de Educação, que dispõem de um Coordenador Regional do Desporto Escolar. Existem, também, Coordenadores Locais, um por cada Centro de Área Educativa (vd. FIGURA – “Estrutura Orgânica e Funcional do Desporto Escolar”)

Por último será muito importante referir que, as competências correspondentes à organização curricular da disciplina de Educação Física, foram atribuídas à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, o que certamente contribuirá para o reforço das indispensáveis relações entre a Educação Física e o Desporto Escolar, ambos credores de recursos comuns, ao nível dos agentes educativos, instalações e apetrechamento, para além da evidente complementaridade curricular e metodológica.

Estrutura Orgânica e Funcional do Desporto Escolar



2.4. Os recursos humanos

Os recursos humanos são o capital essencial de qualquer organização. Envolvendo estruturas de coordenação central, regional e local e, ainda, mais de 5.000 professores (professores-coordenadores de Núcleo de Desporto Escolar e professores-treinadores dos grupos/equipas das diversas modalidades), no que constitui a maior estrutura de enquadramento técnico-desportivo do País.

O claro investimento na disponibilização de recursos humanos (professores de Educação Física e Desporto e outros professores, com horas de redução no horário lectivo curricular, para enquadramento das actividades de Desporto Escolar), constitui um princípio a manter para um adequado desenvolvimento desportivo escolar.

Perspectiva-se, contudo, a necessidade de uma cada vez mais rigorosa avaliação dos resultados dessa aposta, realizada a partir de cada uma das Escolas com Projecto de Desporto Escolar, no sentido de um aumento da quantidade e da qualidade da participação dos alunos, que se pretende muito significativo.

2.5. A informação

Quanto à informação, ou seja, o processo segundo o qual os conteúdos com significado e interesse, relativamente ao Desporto Escolar, são transmitidos e circulam entre os diferentes intervenientes que, directa ou indirectamente, com ele se relacionam, importará, também, tomar algumas medidas.

O problema não é novo e não está circunscrito ao Desporto Escolar. O facto é que, dada a dimensão do sistema educativo e do sistema desportivo, de forma conjugada com algum atraso tecnológico, a emissão e a recepção de informação não se verificou da melhor forma, entre os seus intervenientes, designadamente: alunos, professores, Escolas, Comunidade Educativa, Autarquias, organismos desportivos e com os próprios órgãos de comunicação social.

Tal é, muitas vezes, amplamente confirmado por elementos dessas entidades que revelam, por exemplo, notório desconhecimento dos programas ofertados pelo Desporto Escolar, dos resultados e dos acontecimentos nacionais e internacionais, da dimensão dos recursos utilizados, dos projectos executados, etc. Do que resultou, quando alguns daqueles intervenientes emitiam uma opinião sobre o Desporto Escolar, amiúde o fizeram de um ponto de vista

negativo, por desconhecimento dos aspectos positivos atingidos. Urge, assim, transformar esta situação.

2.6. A gestão

Em relação ao factor gestão, a questão é, como sempre, conseguir uma gestão equilibrada entre o imediato e os resultados a prazo, num organismo coordenador do Desporto Escolar, que planeia, orienta e avalia centenas de quadros competitivos, entre outras actividades, como já referido.

Variados aspectos serão de considerar em relação a este factor. Entre eles, salientaremos um aspecto central em relação ao desenvolvimento do Desporto Escolar, respeitante à sua organização local, a saber: a organização dos tempos para a prática.

O Decreto-lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro, que aprova o quadro geral da Educação Física e do Desporto Escolar, determina que “na medida do possível, os órgãos de gestão e administração dos estabelecimentos de (...) ensino devem, na preparação dos respectivos horários, prever uma manhã ou uma tarde semanal reservada à prática desportiva, independentemente das outras actividades correntes do núcleo de desporto escolar e sem prejudicar a actividade curricular, designadamente os horários de Educação Física.”

Porém, o que se tem verificado na prática é uma concepção de horários das diversas disciplinas em função de outras lógicas, impossibilitando a libertação de um daqueles períodos horários, o que não resulta na plena satisfação das necessidades educativas e dos interesses dos alunos, quanto à sua participação desportiva escolar.

Observa-se, ainda, alguma resistência por parte de um número significativo de professores-treinadores em participarem, durante o fim-de-semana, na orientação das competições dos respectivos grupos/equipas.

Uma organização mais eficaz de quadros competitivos tem sido, assim, limitada, ou seja: com maior adequabilidade horária (evitando que os jogos sejam “empurrados” para tempos inadequados em dias úteis da semana), com maior continuidade (com um maior número de meses de prática) com maior regularidade de realização (em dias equilibradamente calendarizados) e em maior quantidade (contemplando maior número de jogos).

Quanto aos horários dos treinos, que consubstanciam a esmagadora maioria do tempo de prática desportiva escolar, verifica-se que constituem outro grande obstáculo ao desenvolvimento do Desporto Escolar, dada a evidente discrepância entre os horários de oferta dos professores, os horários de procura dos alunos e os horários disponíveis para essa prática.

Em síntese, impõe-se, decisivamente, uma mudança geral da organização dos tempos da Educação Física e do Desporto Escolar, que permita a consecução plena das finalidades do Desporto Escolar.

2.7. Instalações e apetrechamento

Em relação à construção de instalações desportivas e ao respectivo equipamento e apetrechamento, enormes investimentos começaram há dez anos, no sentido de colmatar as lacunas existentes nas Escolas (mais 41 novos pavilhões desportivos entram em funcionamento neste ano lectivo).

Contudo, tem-se verificado que não tem sido contemplada uma completa adequabilidade, na construção de alguns dos edifícios desportivos e na certificação de alguns dos materiais de apetrechamento, às necessidades de um correcto desenvolvimento desportivo.

A publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que atribui a Conselhos Municipais de Educação, responsabilidades na elaboração de Cartas Educativas⁶, no ordenamento da Rede Educativa e no desenvolvimento do Desporto Escolar, dará um contributo significativo nesta matéria.

No entanto, tendo em conta a complexa especificidade da tipologia das instalações e dos equipamentos desportivos escolares, verifica-se o imperativo da definição de medidas complementares, quanto à atribuição da coordenação central deste processo, no âmbito do Ministério da Educação.

2.8. Formação e documentação

No que concerne à formação dos professores-treinadores do Desporto Escolar o problema principal, em termos gerais, situa-se na estandardização dos respectivos resultados. Em relação à formação inicial, é óbvia a discrepância de competências causada pela enorme diversidade de instituições do ensino

⁶ “A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho...” (v. art.º 10.º).

superior que actualmente ministram cursos de Educação Física e Desporto. No que toca à formação contínua, a origem dos problemas parece situar-se em dificuldades de certificação adequada dos formadores e em problemas de contextualização e de disponibilização das ofertas, em níveis ajustados, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Problemas de disponibilidade e certificação de formadores devem também ser equacionados, em relação à necessária formação de árbitros, juízes e cronometristas-alunos, que assegurem a direcção dos milhares de eventos competitivos escolares realizados anualmente.

Em ambos os casos, estratégias de articulação sistemática com a rede de formadores das Federações das modalidades, procurando capitalizar o interesse comum na obtenção de resultados, não devem mais ser adiadas. A adopção de modelos inovadores de formação contínua será, também, indispensável para que seja possível atingir o universo de formandos previstos.

Por outro lado, a formação de dirigentes, até ao momento completamente descurada, deverá ser encarada como uma prioridade, quer ao nível da estrutura do Desporto Escolar, quer ao nível dos professores e alunos das Escolas, o que será decisivo para a ultrapassagem de muitos dos problemas de gestão que afectam o subsistema desportivo escolar e poderá, a prazo, representar contributos significativos para o próprio subsistema desportivo federado.

Quanto à documentação, como suporte dos diversos tipos de programas de formação e como expressão do conhecimento desenvolvido em torno do Desporto Escolar, observou-se um período de estagnação da sua produção, nos últimos anos. Dificuldades relacionadas com a implementação dos modelos de formação contínua, com a extensão dos diversos públicos-alvo e com a necessidade de distribuição maciça de determinados tipos de documentos (ex.: regras de jogo das modalidades desportivas), são causas dessa situação e deverão ser ultrapassadas.

Medidas relacionadas com o incremento de estudos e publicações sobre o Desporto Escolar, a articulação com trabalhos desenvolvidos no âmbito das Federações desportivas e a utilização de modelos diferenciados de edição de documentos, parecem ser as estratégias adequadas para a superação daquelas dificuldades.

2.9. O Financiamento

A maior componente da estrutura orçamental das receitas do Desporto Escolar é constituída por receitas próprias, proveniente dos resultados de exploração do Totoloto, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A imprevisibilidade de manutenção do nível destas receitas tem constituído um sério obstáculo ao desenvolvimento do Desporto Escolar, quer dentro de cada ano (com transferências dependentes da evolução mensal das receitas do Totoloto), quer ao longo dos anos (com uma notória diminuição desde o ano de 2000 e na dependência dos montantes globais obtidos pelo Instituto Nacional do Desporto⁷), impedindo um planeamento estratégico (planeamento de longo prazo) devidamente sustentado, do ponto de vista financeiro (vd. QUADRO 4).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 317/2002, de 27 de Dezembro, que contempla a revogação do referido art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 258/97, de 30 de Setembro, foi encontrada uma solução adequada para esta parte do financiamento do Desporto Escolar. Haverá, agora, que encontrar uma solução ajustada à possibilidade de flutuação inter-anual, no sentido negativo, dos resultados da exploração desta fonte de receita.

QUADRO 4: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO DESPORTO ESCOLAR 1997–02

ANO	ORÇAMENTO DE ESTADO	RECEITAS PRÓPRIAS*	TOTAL
1997	157.121	1.819,06	1.976,182
1998	157.121	3.259.644	3.416.765
1999	210.577	4.038.901	4.249.478
2000	119.836	3.963.377	4.083.213
2001	111.381	3.071.309	3.182.690
2002	484.377	2.548.314	3.032.691

* Provenientes dos resultados de exploração do Totoloto.

⁷ V. Art.º 3.º Decreto-Lei n.º 258/97, de 30 de Setembro.

3. O Posicionamento Estratégico do Desporto Escolar

O conteúdo das finalidades do Desporto Escolar (a Promoção da Saúde, o Desenvolvimento da Cidadania e a Formação de Bons Candidatos a Praticantes de Desporto), constitui o pano de fundo das acções a executar .

A estratégia global do Desporto Escolar deverá desenvolver-se num triângulo de relacionamento com as Federações Desportivas, as Autarquias e a Comunidade Educativa.

No que diz respeito ao relacionamento com as Federações Desportivas, serão desenvolvidas iniciativas globais e específicas, junto dos diversos agentes do subsistema desportivo federado, no sentido de ser estabelecida uma necessária articulação ideológica, de suporte à indispensável cooperação a concretizar.

A formulação de convénios com as federações tutelares das diversas modalidades, assumindo-se a necessária sinergia das respectivas missões, parece ser a melhor forma de o conseguir, nomeadamente pela concepção e operacionalização de planos complementares de desenvolvimento em cada uma das modalidades desportivas.

Em relação às Autarquias torna-se imprescindível o estabelecimento de uma efectiva articulação, quer por força das disposições estabelecidas no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, anteriormente já mencionado – que tem por objecto a criação dos Conselhos Municipais de Educação e a atribuição de diversas competências a este organismo, entre as quais a de contribuir para o desenvolvimento do Desporto Escolar – quer por motivos de interesse comum.

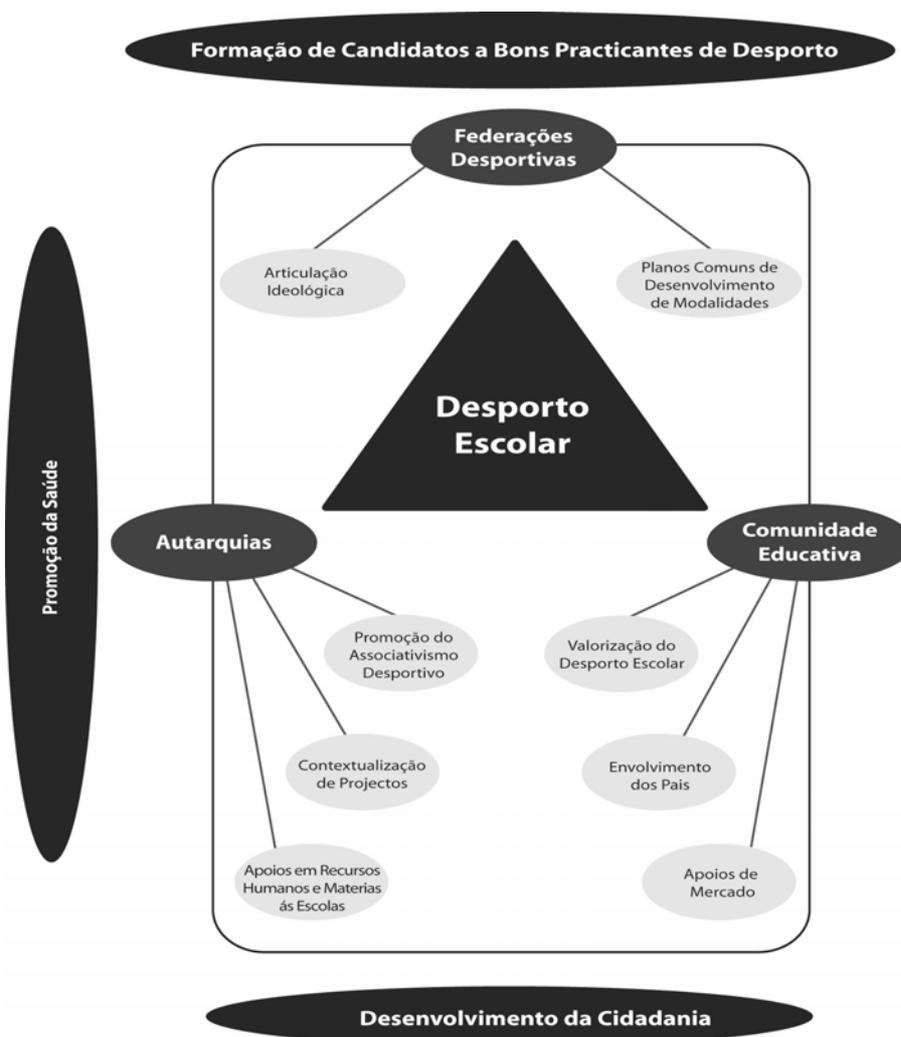
Entre estes aspectos, haverá que salientar a promoção do associativismo desportivo escolar, a contextualização de projectos, no sentido da adequabilidade dos mesmos, de acordo com as políticas descentralizadoras em curso e, ainda, o apoio em recursos materiais e humanos ao Desporto Escolar, que contribuam para o desejado desenvolvimento desportivo local.

Sobre a articulação com a Comunidade Educativa (Professores, Auxiliares de Acção Educativa, Pais, Encarregados de Educação e demais elementos dos

organismos e associações de carácter político, administrativo, social, cultural, económico e científico) diremos que haverá que a tornar conseqüente com uma valorização do Desporto Escolar, no sentido da consecução das respectivas finalidades, a cuja importância já foi feita alusão.

Para tal, haverá que garantir sistematicamente o envolvimento dos Pais, afinal, os responsáveis principais pelo acto educativo, criando condições para que a força da sua vontade se manifeste em torno do apoio ao Desporto Escolar.

A obtenção de apoios de mecenato e outros tipos de apoio será também um dos vectores estratégicos a considerar no envolvimento da Comunidade, para o crescimento quantitativo e qualitativo das actividades desportivas escolares.



4. Metas para a Década

- 4.1. Promover a existência de um Núcleo de Desporto Escolar em todas as Escolas do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, até 2006.
- 4.2. Aumentar o número de participantes no Desporto Escolar, das Escolas do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, atingindo 270.000 alunos em 2006 e 340.000 alunos em 2010.
- 4.3. Realizar Campos de Férias Desportivas em todos os Centros de Área Educativa até 2006 e em todos os Concelhos do País, até 2010.
- 4.4. Integrar os alunos portadores de deficiência nos quadros competitivos do Desporto Escolar, de acordo com a sua especificidade, até 2006.
- 4.5. Adequar as instalações e equipamentos desportivos escolares de todas as Escolas para os alunos portadores de deficiência, até 2010.
- 4.6. Apetrechar todas as escolas com material desportivo de competição certificado, nas modalidades do Desporto Escolar com quadro competitivo nacional, até 2006.
- 4.7. Certificar a formação de todos os professores-treinadores do Desporto Escolar, por níveis, nas modalidades do Desporto Escolar com quadro competitivo nacional, até 2008.
- 4.8. Formar uma bolsa escolar nacional de árbitros, juízes e cronometristas desportivos, acreditada por níveis, em número suficiente para assegurar as competições das modalidades do Desporto Escolar com quadro competitivo nacional, até 2006.
- 4.9. Constituir uma bolsa escolar nacional de dirigentes desportivos, acreditada por níveis, com um mínimo de três dirigentes por escola, até 2006.
- 4.10. Criar a Federação Portuguesa do Desporto Escolar, até 2010.

5. Medidas para o Desporto Escolar

- 5.1. Inventariação dos diferentes modelos de intervenção no 1.º Ciclo do Ensino Básico, por Município.
- 5.2. Reforço dos apoios concedidos às Escolas com Projectos de Desporto Escolar.
- 5.3. Definição do quadro de actividades internas obrigatórias em cada escola aderente, pelas quais todos os professores do Desporto Escolar serão responsáveis, em articulação com o respectivo Coordenador.
- 5.4. Densificação dos quadros competitivos do Desporto Escolar.
- 5.5. Desenvolvimento de programas de treino das modalidades do Desporto Escolar, visando enquadrar metodologicamente a actividade dos praticantes nas diferentes fases do seu percurso desportivo escolar.
- 5.6. Reorganização dos quadros competitivos locais, regionais e nacionais do Desporto Escolar, no sentido de uma maior participação e de uma melhor qualidade de resultados.
- 5.7. Realização, em Portugal, do 1.º Encontro Europeu de Desporto Escolar Adaptado, em colaboração com a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.
- 5.8. Participação dos alunos federados nas competições escolares.
- 5.9. Desenvolvimento de um Programa de Espírito Desportivo, de nível nacional.
- 5.10. Aumento do número de Centros de Formação Desportiva, diversificando as modalidades de participação.
- 5.11. Aumento do número de Campos de Férias Desportivas, durante o período das férias escolares da Páscoa e do Verão.
- 5.12. Criação de um Programa Nacional de Férias Desportivas, em colaboração com o Instituto Português da Juventude e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- 5.13. Realização de acções conjuntas com os municípios, nomeadamente, de corolário das actividades internas das Escolas.

- 5.14. Realização anual de uma Gala do Desporto Escolar, para distinguir os alunos, professores, Escolas, Pais e entidades apoiantes que mais se tenham destacado, nesse ano.
- 5.15. Criação do Clube de Pais do Desporto Escolar.
- 5.16. Organização de Encontros Nacionais do Desporto Escolar, para a apresentação pública das actividades desenvolvidas.
- 5.17. Reorganização da participação nos quadros competitivos internacionais da Fédération Internationale de L'Enseignement Catholique (FISEC) e da International School Sport Federation (ISF).
- 5.18. Realização de um inquérito nacional aos alunos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, para avaliação das suas representações sobre o Desporto Escolar e dos seus interesses de participação.
- 5.19. Estabelecimento de circuitos de contacto permanente com os órgãos de comunicação social nacionais e regionais.
- 5.20. Desenvolvimento de um Programa de Promoção do Desporto Escolar visando a sua valorização e dinamização junto das Comunidades Escolares e da Comunidade Educativa.
- 5.21. Desenvolvimento de um Programa de Angariação de Mecenatos/Patrocínios ao Desporto Escolar, de continuidade.
- 5.22. Definição da tipologia construtiva de instalações e espaços desportivos escolares, facilitadora da elaboração das Cartas Educativas Municipais.
- 5.23. Elaboração da Carta das Instalações Desportivas Escolares.
- 5.24. Desenvolvimento de um Plano de Melhoramento e Conservação das Instalações Desportivas Escolares.
- 5.25. Definição da tipologia de equipamentos e materiais didácticos desportivos escolares, facilitadora da elaboração das Cartas Educativas Municipais.
- 5.26. Desenvolvimento de um Programa de Apetrechamento das Escolas.
- 5.27. Desenvolvimento de tarefas preliminares para a criação da Federação Portuguesa do Desporto Escolar.
- 5.28. Desenvolvimento de Programas de Formação de Quadros da Estrutura Central e Regional do Desporto Escolar.
- 5.29. Desenvolvimento de Programas de Formação de Professores–Dirigentes.

- 5.30. Redinamização dos Programas de Formação de Professores–Treinadores, entre outras formas, pela articulação com as Federações Desportivas.
- 5.31. Redinamização do Programa de Formação de Alunos–Árbitros, Juízes e Cronometristas, entre outras formas, pela articulação com as Federações Desportivas.
- 5.32. Desenvolvimento de um Programa de Formação de Alunos–Dirigentes Desportivos.
- 5.33. Desenvolvimento de um Programa de Formação de Alunos–Jornalistas Desportivos.
- 5.34. Desenvolvimento de Programas de Incentivo à concepção de projectos e acções no domínio da investigação científica considerados de interesse para o desenvolvimento do Desporto Escolar.
- 5.35. Promoção de legislação que consagre a obrigatoriedade de libertação de uma tarde semanal reservada à pratica de desporto escolar e a prioridade de concepção dos horários de Educação Física, em relação às outras disciplinas.
- 5.36. Acompanhamento e controlo da execução dos projectos de escola, monitorizando a actividade interna.
- 5.37. Actuação junto dos Conselhos Executivos das Escolas, preparando o reforço da sua acção de acompanhamento, controlo e intervenção tutelar nos respectivos Projectos de Desporto Escolar.
- 5.38. Estabelecimento de convénios com as Federações Desportivas, consagrando a concepção de Planos de Complementares de Desenvolvimento das respectivas modalidades.
- 5.39. Apoio à criação de Clubes Desportivos Escolares de modalidade.
- 5.40. Estabelecimento de convénios com as Autarquias, consagrando a concepção de Planos de Promoção do Associativismo Desportivo Escolar.
- 5.41. Promoção da edição e da divulgação de estudos, de documentação técnico-pedagógica e outra documentação de interesse para o desenvolvimento do Desporto Escolar.
- 5.42. Desenvolvimento da página Internet do Desporto Escolar como plataforma central de comunicação interna e externa da estrutura do Desporto Escolar.
- 5.43. Publicação de um Manual de Educação Física e Desportos Adaptados a alunos portadores de deficiência.

- 5.44. Utilização da Internet, como meio prioritário de edição e de divulgação de documentação técnico-pedagógica e outra documentação.
- 5.45. Produção regular de informação para a Comunicação Social.
- 5.46. Promover a publicação mensal de informação sobre o Desporto Escolar em órgãos de comunicação social regional, de todos os Centros de Área Educativa.
- 5.47. Edição de uma “newsletter” do Desporto Escolar, de periodicidade mensal.
- 5.48. Desenvolvimento de iniciativas junto dos Órgãos de Comunicação Social, no sentido da produção de suplementos na imprensa, programas radiofónicos e televisivos sobre o Desporto Escolar, com carácter regular.
- 5.49. Implementação de um modelo de avaliação global do Desporto Escolar, suportado por tecnologias informáticas.
- 5.50. Avaliação sistemática da qualidade dos diversos Programas, Projectos e Actividades desportivas desenvolvidas.
- 5.51. Apresentação, de forma pública e junto dos Conselhos Municipais de Educação, durante o 1.º período escolar, dos resultados da execução dos diversos programas, projectos e actividades realizados no ano lectivo anterior.

